

ARTIGOS

Da fluidificação da letra: transformações da produção de saber na crítica e teoria literárias¹

Fabio Akcelrud Durão²

Resumo

O presente texto discute as transformações pelas quais estão passando os estudos literários no Brasil. Centrando-se na ideia de uma crescente cientificação do campo, aponta-se para: a) a dificuldade cada vez maior de construção da erudição; b) a aceleração do processo de escrita, agora visto como produção, sob a égide da pesquisa. O ensaio é concluído com considerações a respeito da ideia de multiplicidade do texto literário, que funciona como um lubrificante para a máquina acadêmica produtora de textos.

Palavras-chave

Cientificação dos estudos literários; aceleração da escrita; multiplicidade literária.

Dizer que o conhecimento está intimamente ligado ao poder já é um truísmo; afirmar que mesmo as coisas do espírito, como a arte e a literatura, são marcadas por políticas próprias, uma mera decorrência lógica. Com efeito, a expressão “política das letras” dá o que pensar, pois ela traz em si uma produtiva ambiguidade do genitivo, que pode ser substantivo ou objetivo: a política que faz uso das letras como sua principal forma de veiculação, em oposição, digamos, a

Abstract

This essay discusses the recent transformation undergone by literary studies in Brazil. Focusing on the idea of increasing scientification of the field, it highlights: a) the current difficulties for the development of erudition; b) the acceleration of the writing process, now regarded as production, under the aegis of research. The essay ends with considerations on the idea of literature’s supposed multiplicity, which works as a lubricant for the text-producing academic machine.

Keywords

Scientification of literary studies; acceleration of writing; literary multiplicity.

uma transmissão oral (como o debate na praça pública ou em um programa de TV); ou o mundo da literatura e da cultura como ele mesmo dotado de uma prática, ou práticas, políticas. Ainda que essa ambiguidade necessariamente relacione os dois sentidos – fornecendo uma interessante figura para a mediação entre superestrutura e as formas de organização da vida política –, gostaria primordialmente, aqui, de refletir sobre as mudanças ocorridas nesse segundo sentido,

¹ Este trabalho foi originariamente apresentado no II Seminário Dimensões da Política na História: A Política das Letras, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, em junho de 2008. Agradeço a Alexandre Mansur Barata, Jefferson Cano e Silvana Mota Barbosa pelo convite e pela discussão que se deu no evento.

² Departamento de Teoria Literária, IEL/Unicamp. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Teoria e História Literária. E-mail: fadurao@yahoo.com.br

o da política dos estudos literários, a partir de alterações em sua forma de produção; trata-se de modificações que ocorrem em reordenamentos institucionais, mas que se deixam sentir, internamente, em modalidades discursivas e argumentativas específicas. Sem dúvida, uma vez analisada a política das letras como parte do mundo da cultura, seria possível voltar ao primeiro significado para averiguar o quanto a investigação dos estudos literários poderia iluminar a convivência da política com isso que seria a letra e a linguagem letrada. No entanto, esse é um passo que não será dado neste texto.

Mas mesmo falar de política das letras no sentido que nos é mais próximo já pode parecer algo inadequado, dado aquilo que poderia ser chamado de *fluidificação da letra*, um processo que muito rapidamente lhe retiraria sua solidez e permanência, sua fixidez e durabilidade, atributos que historicamente lhe foram conferidos em oposição à fugacidade da fala.³ O primeiro argumento, então, com o qual é possível começar, é o de que, com a revolução informacional, a letra se desconcretizaria, passando a assemelhar-se ao ícone, uma entidade mista, meio letra e meio figura, e que tem no logotipo seu irmão siamês – e aqui o leitor perspicaz já percebe o gesto básico subjacente a esta virada: o de contrapor dois mundos, o da letra, como fruto da tipografia e da gráfica, ao do ícone, pertencente ao universo dos computadores e da internet. Seria então fácil anteciper toda uma série de argumentos que apontariam para a *superação* do universo da máquina pelo dos *bytes*, do ferro pelo silício, da matéria pela informação; nessa linha, salientar-se-ia a plasticidade, a princípio infinita, do ícone, a multiplicidade de sentidos desencadeada por essa mudança, a pluralidade de identidades decorrentes; atestar-se-ia, em suma, o advento de uma nova liberdade. É exatamente isso que *não* será feito aqui. Todo o meu esforço será mostrar que essa linha de pensamento

é, ao mesmo tempo, objetivamente nociva e socialmente determinada; que ela precisa ser pensada e criticada, sem, no entanto, que se defenda a simples volta a modelos antigos, historicamente envelhecidos e incapazes de fornecer respostas para o presente.

Para tanto, seria primeiro necessário invocar a antiga representação do intelectual de letras, o *homme de lettres*, o erudito. Seu traço mais característico é a sua *Bildung*, sua *formação*, e a conseqüente interioridade ao mundo da cultura que ela gera. Formação, aqui, designa nada mais do que uma *sedimentação textual*, o acúmulo de leituras começadas desde a adolescência (muito frequentemente desde a infância), e que dão origem a uma bagagem que acompanha o indivíduo, culminando no domínio de uma determinada *tradição*. Tais leituras são realizadas como um fim em si mesmo, ainda que sempre possam ter como horizonte as representações (quase sempre ideológicas) de alta cultura, cultura com “c” maiúsculo, como algo dotado de um valor próprio acima de todo o resto.⁴ A absorção de tantos livros faz com que o homem de letras (e ele geralmente é homem) habite internamente a cultura; fazê-la um objeto só é possível à medida que o sujeito reflete, no processo, sobre si mesmo, já que ele passa a ser, em grande medida, constituído pelos textos que leu, fazendo-se assim irrevogavelmente parte da cultura. Daí a facilidade com que o erudito pode ocupar o lugar de intelectual público, pois ele fala como um representante da cultura, sujeito e objeto ao mesmo tempo; daí também a facilidade com que o homem de letras se adequa a projetos de construção de nação, uma vez que, dentro do imenso horizonte textual no qual se move, a tradição nacional tem por definição um papel preponderante. Com efeito, o âmbito de validade do conceito de formação – aplicável tanto a um indivíduo quanto a um processo nacional – deve ser tomado aqui em toda a

³ Ainda que seja possível estabelecer aproximações com o conceito de Zygmunt Bauman, *fluidificação* não foi pensada em diálogo direto com a obra do sociólogo.

⁴ Trata-se de uma representação da cultura que coloca aquele que a tem *do lado de fora* dela. Habitar a cultura significa também ter uma visão clara do quanto ela não está à altura de seu próprio conceito, do quanto tem de culpada e do quanto participa da dominação social. Por outro lado, a cultura como esfera à parte dotada de valor, como espaço de realização do humano, como *promessa*, tem ela mesma o seu momento de verdade. Na realidade, o engano a respeito da promessa da cultura, o de que ela tem aquilo que não pode dar, muito frequentemente é ele mesmo positivo, pois funciona como via de acesso para esse mundo tão estranho. Inversamente, saber de antemão que há algo de engodo na cultura com muita facilidade leva ao filistinismo e anti-intelectualismo.

sua amplitude, possivelmente sugerindo que um extremo necessita do outro.

Seja como for, a figura do homem de letras está rapidamente caindo em desuso. Em primeiro lugar, porque a internalização da letra já não é mais possível (ou pelo menos é muito mais difícil) na infância ou na adolescência. Não digo isso necessariamente com pesar, como se devêssemos voltar aos belos tempos do século XIX, quando a cultura era muito mais elitizada que hoje e de muito mais difícil acesso – um privilégio muito mais claramente de classe. O afastamento da letra é natural diante da preponderância da televisão e do *videogame* (para não falar da própria internet e seus *orkuts*, *facebooks* etc.) como veículos de *socialização* dos indivíduos. É através *desses* meios que ocorre, atualmente, a formação do eu pela interação com os outros (ou com o Outro, se você preferir). Normalmente, a primeira fase real de leitura da literatura é a do segundo grau, com todos os problemas que sabemos que existem, seguida pela da universidade.⁵ Na realidade, o período da graduação deveria corresponder aos anos dourados da formação da bagagem de leitura – entretanto, mesmo aqui, as condições deixam de ser as mais adequadas devido à crescente importância dessa palavra que ressoa constantemente nos ouvidos de todos, e que agora enuncio com todas as letras, por mais chocante que isso possa parecer: a pesquisa. É claro que o homem de letras fazia pesquisa; mas não da forma com que ela é hoje realizada. Para dizer em uma palavra apenas, e para introduzir um conceito-chave daquilo que estou tentando desenvolver: o conceito de pesquisa *acelerou-se*⁶. Não apenas ele se dissocia de uma sedimentação de saber prévia, que já estaria presente no sujeito; os próprios objetos são recortados em unidades cada vez menores e mais específicas – e isso já na iniciação científica, nos anos de graduação.

O aumento da velocidade, combinado com a ausência de um período prévio de acúmulo e sedimentação de textos, faz com que, desde o começo, a leitura (agora sob a égide da “pesquisa”) esteja subordinada a um *fim* imediato, ele mesmo sujeito a um *prazo*, no qual se espera (no fundo, se exige) que existam *resultados*. Quanto mais se progride na profissão das letras, mais se fazem *projetos* que, pela sua própria estrutura, de alguma forma têm que antecipar aquilo que, como todos sabemos, não pode ser antecipado: aquele “mais”, aquele “*click*”, aquilo que surge na leitura/escrita e que necessariamente nos surpreende. É ligeiramente cômico imaginar Erich Auerbach ou Antonio Candido fazendo um projeto para uma instância de fomento; e é questionável que *Mimesis* ou a *Formação* pudessem ter sido publicados inicialmente como artigos em revistas para apenas posteriormente sair sob a forma de livros. Tudo isso é sabido, de um jeito ou de outro, por todos que trabalham nas universidades: que há uma crescente *cientifização* das Letras, sua inserção em um sistema cada vez mais coeso e homogêneo, marcado por três termos que se reforçam: *quantificação*, *competição* e *aceleração*. Em suma, aquilo que correspondia anteriormente à bagagem de leitura foi substituído pela contabilização da produção intelectual.

É preciso, então, dar um segundo passo para além disso, que já é um senso comum, mas não sem antes salientar o que há de positivo nesse processo. De fato, é importante chamar a atenção para o quanto se elevou o nível médio dos trabalhos na área de Letras, o quanto se fortaleceu o sistema de pós-graduação e os efeitos positivos que poderiam estar sendo gerados na sociedade pelo impacto dessa melhoria da média, principalmente no ensino do português e da literatura portuguesa e brasileira, se as condições do primeiro e segundo grau não fossem tão adversas.⁷ Também é preciso lembrar que essa

⁵ É muito comum o argumento de que a internet pode funcionar como uma forma de introdução à literatura. Até que estudos quantitativos e qualitativos convincentes sejam apresentados, permaneço cético. A dinâmica de leitura e escrita na tela é completamente diferente daquela no papel (ainda que o *Word* a imite); tendo a pensar que não é frutífero chamar de literatura aquilo que se produz com esse nome na internet, o que não é um julgamento de valor. Simplesmente, o tipo de leitura de um hipertexto ou mesmo de um *site* difere tanto da de um romance ou poesia, que mereceria um outro nome.

⁶ Diga-se de passagem, é interessante pensar que os conceitos possam ter velocidades próprias, que a velocidade, ela mesma, possa ser uma determinação conceitual.

⁷ Para não falar do quanto a solidez do sistema de pós-graduação no Brasil possa ter funcionado, no passado recente, como escudo contra a privatização das universidades públicas.

mudança estrutural da forma de produção intelectual não é exatamente fruto de um destino inexorável, uma moira que se imporia a nós; ao invés disso, ela é resultado de um projeto científico altamente bem-sucedido do governo federal e de alguns governos estaduais (dentre os quais se destaca o de São Paulo), um projeto que teve suas origens na dinâmica de modernização conservadora do regime militar, e que hoje segue lado a lado uma tendência global das ciências, tanto exatas quanto humanas. A natureza política desse projeto é clara, assim como é claro o poder relativo de pressão dos profissionais da área. Por isso, é sempre importante apontar, de novo, para aquilo que todos sabemos, que a atuação marcante da Capes, do CNPq e do MEC é fruto de uma *política científica* que tem consequências imediatas na *política das Letras*, uma vez que a universidade é um dos pilares mais importantes de sustentação dos estudos literários no Brasil; trata-se, desta maneira, de uma prática da qual, de uma forma ou de outra, todos nós fazemos parte, queiramos ou não.

Para voltar, então: o segundo passo que gostaria de dar é mais interessante e se refere aos efeitos deste novo sistema de produção do saber nas Letras, não mais como uma força externa, mas como um impulso *interior* à própria escrita acadêmica e que perpassa todos os estágios da convivência com os textos, desde a presselção de objetos, passando pelas estratégias argumentativas e chegando à natureza das conclusões.⁸ Por causa da natureza geral dessa influência, suas manifestações são várias. Uma primeira maneira de verificar a presença da aceleração da produção no trabalho acadêmico está ligada à *inflação do discurso teórico* que é, ela mesma, dotada de várias facetas. Não é difícil notar o quanto cresceu o número de abordagens críticas; sem dúvida, essa é uma tendência muito ampla, em cujo centro estão os Estados Unidos,⁹ mas não deixa de ser curioso ver como pesquisadores da área de Letras trocam de arcações teóricas como quem troca

– não diria de roupa, mas de carro –, a cada três anos. Mas, mesmo dentro de cada subcampo teórico, existe também uma tendência de contínua atualização da linguagem interpretativa. Refiro-me em especial à facilidade para criar *neologismos* e *novos conceitos* em detrimento daqueles já existentes, pertencentes a uma tradição consolidada. Em conexão a isso, há também um aumento das discussões a respeito dos conceitos em si (e.g. no caso da globalização), distanciando-se dos objetos aos quais eles deveriam se referir (importante notar: por mais que se criem objetos novos, eles são mais lentos do que os discursos que se podem tecer a respeito deles). Isso culmina com uma inflação dos metadiscursos e de suas análises, gerando meta-metadebates (como, é claro, este aqui).¹⁰ Tudo isso ajuda a aceleração dos debates de Letras, que agora começam a estranhamente se assemelhar com o mundo dos computadores – e não é à toa que eles mesmos tenham se tornado um objeto tão propício, e tão urgente, de estudo na área. Aquilo que seria a solidez e a permanência da letra vai dando lugar a fluxos de discurso, que já existem antes mesmo que se pegue a caneta – perdão, que se ligue o computador.

Gostaria de chamar a atenção, neste contexto, para uma ideia que se presta de maneira especial ao funcionamento da máquina acadêmica atual, quase como se fosse um lubrificante, ou, melhor, um conduto para circulação de mensagens. Pense no funcionamento de prefixos como “inter”, “trans” e “multi”, como em “interdisciplinar”, “transcultural” ou “multiculturalismo” – e, é claro, há várias combinações possíveis, como em “transnacional”, “transatlântico” etc. O que esses prefixos têm em comum, em primeiro lugar, é uma noção de rompimento de barreiras, de *deslimitação* dos objetos e campos de estudo, o que muito facilmente ocasiona uma *indistinção* daquilo sobre o que se fala. Pela sua própria carga semântica, eles tendem a colocar aquele que faz uso deles acima do objeto de estudo,

⁸ Na realidade, salientar que existe essa mediação entre as políticas amplas e a economia interna aos textos, embora possa parecer algo óbvio *a posteriori*, merece ser destacado como um procedimento interessante.

⁹ Cf. aqui o ótimo livro de CUSSET, François. *French theory*. Paris: La Découverte, 2005.

¹⁰ Isso é mais extremo ainda nos Estados Unidos, país onde se discute aquilo que se convencionou simplesmente chamar de Teoria, um campo intransitivo de estudos, que não parece mais ter um objeto específico. Cf. DURÃO, Fabio A. Breves observações sobre a teoria, suas contradições e o Brasil. *Revista de Letras*, São José do Rio Preto, v. 44, n. 1, p. 81-95, 2004; e Giros em falso no debate da Teoria. *Alea*, v. 10, n. 1, Rio de Janeiro, jan./june 2008.

ajudando a produzir uma *externalidade* que seria o contrário daquela imersão no objeto, que afetaria o próprio sujeito, modificando-o e, de alguma maneira, fundindo-se com ele.

O conceito mais adequado para traduzir esse processo de pensamento é, sem dúvida, o de *abundância*. Com efeito, ele pode ser visto como uma espécie de denominador comum a toda uma série de tendências teóricas e termos críticos atuais, seja no uso que a desconstrução faz da diferença, um termo que já se tornou um lugar-comum dotado de valor positivo, como se a diferença fosse, em si, necessariamente algo de bom; na valorização do hibridismo pós-colonial; na polifonia ou carnavalização bakhtinianas; nas definições de identidades múltiplas à la Judith Butler; nas formas de resistência postuladas pelos estudos culturais, entre outros. Seria interessante fazer uma história do desejo de multiplicidade da crítica em relação à literatura; ela, por certo, teria que estabelecer um corte, com surgimento da autonomia estética. Pois, enquanto a literatura estivesse ligada a algo transcendente, a algum *ideal* que lhe servisse de medida, a multiplicidade não poderia surgir como um valor positivo em si; somente com a conquista da imanência do texto, com os românticos, uma riqueza interna de sentido pôde emergir como articulação entre o todo e as partes. Mas foi com o *New Criticism* que a busca de ambiguidades e polissemias adquiriu um aspecto metodológico. Ora, à riqueza de sentidos do poema, advinda de sua organicidade, opunha-se a desordem do mundo, da sociedade industrializada, empobrecida e empobrecedora – uma visão conservadora que não se sustenta minimamente, porque ignora a extrema ordem do mundo administrado, o oposto dialético do caos. Seja como for – e isso já aponta aonde estou querendo chegar – não é lícito se postular a disponibilidade da imanência do texto, como se ela fosse fácil de obter, como se a questão da normatividade não se vinculasse com muita facilidade à prática interpretativa. Para dar apenas um exemplo de como as coisas podem ficar complicadas, a própria ideia de imanência é um candidato excelente para funcionar como horizonte normativo de leitura; se isso acontece, a imanência deixa de ser imanente.

Mas, voltando à abundância, sua valorização, da forma com que é normalmente articulada nos textos, gera vários problemas. Em primeiro lugar, causa espanto que não leve a uma reflexão a respeito da

existência de seu contrário, que de alguma forma teria de conviver com ela: refiro-me à monotonia da indústria cultural, que oferece, ano após ano, novas safras do mesmo, seja de filmes, novelas ou campeonatos de futebol. É claro que haverá aqueles que verão nisso um gesto elitista e argumentarão a favor de uma variedade intrínseca a todos esses produtos, oriunda seja da crescente fragmentação do mercado, da democratização dos meios de difusão ou da liberdade de resignificação no polo da recepção (um argumento muito comum nos Estudos Culturais). Há várias formas de refutar isso; aqui, gostaria apenas de salientar o papel do *fluxo* pelo qual tais produtos trafegam e que, por si só, independentemente de toda esquematização, estandardização e homogeneização formal (ademais inegáveis) a que estão sujeitos, já seria suficiente para caracterizá-los como parte de um sempre-mesmo.

Mas, além disso, é importante apontar para o estranho efeito performativo decorrente do uso apressado do conceito (ou seria sema?) de abundância. A proposição “o texto é múltiplo”, verdadeiro canto-chão de muitos trabalhos, já produz, por meio de sua enunciação, um distanciamento em relação a ele. É como se a multiplicidade postulada se interpusesse entre o texto e o leitor, impedindo que o primeiro pudesse negar o desejo de infinitude que este lhe impõe. Ora, tal multiplicidade, por afastar o texto e, em última instância, indiferenciá-lo, contribui para a aceleração da produção de leituras, adequando-se, assim, a um melhor funcionamento da máquina acadêmica. Não é à toa que sua circulação seja tão ampla. Note-se bem: não estou defendendo a pobreza do texto literário (ainda que essa ideia, em nosso contexto atual, tenha algo de revigorante), mas, sim, chamando a atenção para a configuração da abundância na economia dos ensaios críticos. Ao invés de ser invocada, ela deveria ser mostrada; ao invés de ponto de partida, deveria constituir-se em ponto de chegada; ao invés de objetivo (*a priori*?) da análise, ela deveria ser seu resultado – e nem mesmo um resultado exclusivo.

Esse afastamento em relação à possível resistência do texto, causa e consequência de sua desdiferenciação – que ocorre em nome da diferença, bem entendido – tem ainda um outro efeito que facilita sua circulação. O discurso da abundância tem uma dificuldade de delinear um antagonista, categoria argumentativa inevitável de todo e

qualquer escrito crítico. Em seu extremo, ele coloca na posição de antagonista o próprio antagonismo. A falta de clareza a respeito da distinção entre amigos e inimigos (como sabemos, uma distinção fundante para Carl Schmitt) obscurece a política intratextual, facilitando sua migração para outros ambientes – notadamente o do âmbito privado, uma longa prática brasileira.

Para concluir, uma última ideia: é importante enfatizar a natureza estrutural do conceito de abundância. Ainda que haja diferentes graus de consciência a respeito de sua produtividade nociva, não se trata aqui de algum plano maleficamente levado a cabo para promover o distanciamento do texto (em última instância, do próprio desparecimento do objeto); não é primordialmente uma questão de vontade do sujeito que está em jogo, mas um efeito de funcionamento da máquina acadêmica em razão da forma como ela está se organizando no presente.

Diante de tudo isso, é necessário pensar naquilo que se pode fazer, hoje, neste contexto, para lidar com essa nova política das Letras e sua fluidificação. De tudo que disse, duas ideias se oferecem como um possível antídoto, a saber: 1) a preservação de um espaço

de vivência com os textos, que esteja desprovido de uma finalidade imediata (sem dúvida, sempre haverá uma finalidade, nem que seja o projeto existencial do leitor, para não mencionar provas, trabalhos e avaliações, mas que não precisam ter a estrutura de alteridade e intencionalidade pertencentes ao *projeto* e à *pesquisa*) e que permita um mínimo de *formação*; 2) uma *desaceleração* da máquina acadêmica, que não implique a perda de parâmetros razoavelmente objetivos de avaliação. O desafio para todos aqueles que têm comprometimento com uma avaliação institucional justa é não abrir mão do julgamento criterioso, sem recair na obviedade do número (pois é mais fácil medir pela quantidade do que pela qualidade). Seja como for, essa é uma situação sobre a qual devemos refletir e discutir, em vez de nos entregarmos cegamente à reprodução de um sistema que, ainda que em grande medida positivo, pode muito facilmente tender, no fim, à mera autorreferência, *production for production's sake*. De uma forma ou de outra, foi isso que tentei fazer aqui.

Recebido em julho de 2008 e aceito em janeiro de 2009.